



AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho](#)

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 183/2009](#), de 10 de agosto, e transpõe a Diretiva n.º [2011/97/UE](#), do Conselho, de 5 de dezembro de 2011, no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo

[Decreto-Lei n.º 110/2013, de 2 de agosto](#)

Procede à quinta alteração ao [Decreto-Lei n.º 366-A/97](#), de 20 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º [2013/2/UE](#), da Comissão, de 7 de fevereiro, que altera o anexo I à Diretiva n.º [94/62/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens

[Decreto-Lei n.º 114/2013, de 7 de agosto](#)

Procede à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 196/2003](#), de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2013/28/UE](#), da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva n.º [2000/53/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa aos veículos em fim de vida

RESÍDUOS

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, de 1 de agosto](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho](#), que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores

[Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto](#)

Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Diretiva n.º [2010/75/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição)

ATIVIDADE INDUSTRIAL

[Portaria n.º 215/2013, de 1 de julho](#)

Aprova a alteração da Reserva Ecológica Nacional do município de Coruche

[Portaria n.º 216/2013, de 2 de julho](#)

Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Lousã

[Despacho \(extrato\) n.º 9098/2013, de 11 de julho](#)

Aprovação de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Reguengos de Monsaraz

RESERVA
ECOLÓGICA
NACIONAL

[Portaria n.º 217/2013, de 3 de julho](#)

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Sintra

[Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2013/A, de 8 de julho](#)

Aprova o Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas Branca, Negra, Funda, Comprida, Rasa, Lomba e Patas, na Ilha das Flores (POBHL Flores)

ÁGUA,
RECURSOS
HÍDRICOS E
ASSUNTOS DO
MAR

[Resolução da Assembleia da República n.º 97/2013, de 11 de julho](#)

Recomenda ao Governo um conjunto de ações versando a ocupação e reconhecimento da propriedade privada no domínio público hídrico

[Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho](#)

Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos

[Declaração de Retificação n.º 29/2013, de 12 de julho](#)

Retifica a [Portaria n.º 178/2013](#), de 13 de maio, dos Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013, publicada no Diário da República n.º 91, I Série, de 13 de maio de 2013

[Despacho n.º 9304/2013, de 16 de julho](#)

Cria a comissão de acompanhamento dos trabalhos com vista à elaboração do plano “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o sector de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”

[Portaria n.º 232/2013, de 22 de julho](#)

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de sete captações de água subterrânea que constituem as origens de água, no concelho de Sever do Vouga

[Portaria n.º 233/2013, de 23 de julho](#)

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 43/2013](#), de 1 de fevereiro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captação de vários polos localizados no concelho da Moita

[Portaria n.º 234/2013, de 23 de julho](#)

Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas localizadas no Local de Boa Vista, no concelho de Leiria

[Portaria n.º 238/2013, de 24 de julho](#)

Aprova delimitação de perímetros de proteção de captações de várias águas subterrâneas do Brulho e de Tentúgal situadas no concelho de Montemor-o-Velho

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2013, de 26 de julho](#)

Determina a redefinição dos prazos para a finalização da construção das infraestruturas relativas aos aproveitamentos hidroelétricos incluídos no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico

[Portaria n.º 240/2013, de 29 de julho](#)

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Albergaria-a-Velha

[Portaria n.º 241/2013, de 29 de julho](#)

Aprova os modelos de sinalética e as barreiras de proteção a adotar nas zonas balneares

[Resolução da Assembleia da República n.º 123/2013, de 2 de agosto](#)

Recomenda ao Governo que garanta a finalização das infraestruturas do empreendimento do Baixo Mondego e promova a constituição de uma associação de utilizadores ou de gestão do empreendimento de fins múltiplos para o aproveitamento hidráulico do Baixo Mondego

[Portaria n.º 244/2013, de 2 de agosto](#)

Altera os Regulamentos de aplicação do Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca (MARE) aprovados pelas Portarias n.os [1071/2000](#), de 7 de novembro, [1078/2000](#), de 8 de novembro, [1079/2000](#), de 8 de novembro, e [1083/2000](#), de 9 de novembro

[Portaria n.º 247/2013, de 5 de agosto](#)

Aprova a delimitação do perímetro de proteção de duas captações de água subterrânea em Seixo de Gatões, no concelho de Montemor-o-Velho

[Resolução da Assembleia da República n.º 131/2013, de 12 de agosto](#)

Recomenda ao Governo um conjunto de orientações sobre os impactos decorrentes da área piloto de produção aquícola da Armona (Olhão)

[Declaração de Retificação n.º 38/2013, de 20 de setembro](#)

Retifica a [Portaria n.º 232/2013](#), de 22 de julho, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de sete captações de água subterrânea que constituem as origens de água, no concelho de Sever do Vouga, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 139, de 22 de julho de 2013

[Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2013/A, de 30 de setembro](#)

Aprova o Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa, na Ilha de São Miguel, Açores

[Portaria n.º 219/2013, de 4 de julho](#)

Estabelece, para o continente e para o ano de 2013, o regime de apoio à promoção no mercado interno do vinho e produtos víquicos nacionais, e o regime de apoio à informação e educação sobre o consumo de bebidas alcoólicas do sector vitivinícola, e revoga a [Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho](#)

FLORESTAS,
AGRICULTURA E
PECUÁRIA

[Resolução da Assembleia da República n.º 93/2013, de 8 de julho](#)

Recomenda ao Governo medidas de valorização da «Arte Xávega» e alterações regulamentares de modo a permitir a venda do produto do primeiro lance em que predominem espécimes que não tenham o tamanho mínimo legalmente exigido

[Decreto-Lei n.º 90/2013, de 10 de julho](#)

Cria e define as medidas fitossanitárias a aplicar às culturas, plantas, estufas e abrigos abandonados no território nacional e que constituam risco fitossanitário, à exceção dos povoamentos florestais

[Decreto-Lei n.º 93/2013, de 11 de julho](#)

Procede à 10.ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho](#), que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, e transpõe a Diretiva de Execução n.º [2012/44/UE](#), da Comissão, de 26 de novembro de 2012

[Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho](#)

Estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais

[Declaração de Retificação n.º 34/2013, de 5 de agosto](#)

Retifica o [Decreto-Lei n.º 90/2013, de 10 de julho](#), do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que cria e define as medidas fitossanitárias a aplicar às culturas, plantas, estufas e abrigos abandonados no território nacional e que constituam risco fitossanitário, à exceção dos povoamentos florestais, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 131, de 10 de julho de 2013

[Resolução da Assembleia da República n.º 130/2013, de 12 de agosto](#)

Recomenda ao Governo que adote medidas com vista à promoção da atividade agrícola no âmbito do aproveitamento hidroagrícola do vale do Lis e desenvolva um novo modelo de gestão partilhada com outros setores beneficiários 73

[Portaria n.º 257/2013, de 13 de agosto](#)

Estabelece as regras complementares para o apoio comunitário à promoção de vinhos em mercados de países terceiros, no âmbito do programa nacional de apoio ao sector vitivinícola, para o período 2014-2018

[Aviso \(extracto\) n.º 10427/2012, de 21 de agosto](#)

Reconhecimento da APCER como organismo de controlo para MPB e PRODI

[Decreto n.º 29/2013, de 2 de setembro](#)

Procede à primeira alteração ao [Decreto n.º 31/2012](#), de 10 de dezembro, que exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno baldio, com a área de 4900 m², pertencente ao perímetro florestal das Serras do Soajo e Peneda

[Declaração de Retificação n.º 35/2013, de 5 de agosto](#)

Retifica o [Decreto-Lei n.º 79/2013](#), de 11 de junho, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), transpondo a Diretiva n.º [2011/65/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 111, de 11 de junho de 2013

[Portaria n.º 288/2013, de 20 de setembro](#)

Estabelece o procedimento de elaboração do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extramercado registados no âmbito da União Europeia e os seus efeitos redistributivos nas diversas rubricas de proveitos que influem nas tarifas de energia elétrica, e o mecanismo de repartição dos custos de interesse económico geral a suportar pelos produtores de energia em regime ordinário e outros produtores não enquadrados no regime de remuneração garantida

[Retificação da Decisão 2010/18/CE da Comissão, de 26 de novembro de 2009](#), que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico comunitário aos revestimentos em madeira para pavimentos ([JO L 8 de 13.1.2010](#)), publicada a 24 de julho de 2013

[Resolução do Parlamento Europeu, de 20 de abril de 2012](#), sobre a revisão do Sexto Programa de Ação em matéria de Ambiente e a definição de prioridades para o Sétimo Programa de Ação em matéria de Ambiente – Um melhor ambiente para uma vida melhor (2011/2194(INI))

[Decisão de Execução da Comissão, de 10 de setembro de 2013](#), relativa à aprovação do sistema Daimler de encapsulação do compartimento do motor como tecnologia inovadora para reduzir as emissões de CO₂ dos automóveis novos de passageiros em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 443/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho

281,4 milhões de euros de financiamento da Comissão para promover projectos ambientais

A Comissão Europeia aprovou o financiamento de 248 novos projetos no âmbito do programa LIFE +, o fundo da União Europeia (UE) para o ambiente. Em conjunto, os projetos representam um investimento total de 556,4 milhões de euros, dos quais 281,4 milhões serão atribuídos pela Comissão Europeia. Estes projetos abrangem, nomeadamente, as áreas da conservação da natureza, das alterações climáticas e da política ambiental.

> Mais informações [aqui](#)

OUTROS

UNIÃO
EUROPEIA

NOTÍCIAS
RELEVANTES

QREN com impacto de 263 milhões na eficiência energética – Redução de consumo energético diminui as emissões de GEE em cerca de 17%

As intervenções do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) irão permitir a redução de mais de 850 mil toneladas de emissões de CO₂ e de 350 mil toneladas equivalentes de petróleo.

- > Mais informações [aqui](#)

Parlamento Europeu apoia congelamento de 900 milhões de licenças de emissão de CO₂ - Comissão defende combate às alterações climáticas através de incentivos tecnológicos

A proposta em discussão visa permitir que a Comissão congele, ou adie, parte dos leilões de licenças de emissão de CO₂, com vista a aumentar o preço destas licenças e a encorajar o desenvolvimento de tecnologias para reduzir as emissões, no âmbito da luta contra as alterações climáticas.

- > Mais informações [aqui](#)

Emissões de CO₂ - Europa ambiciona ir além das metas cumpridas para 2020

A Agência Europeia do Ambiente divulgou, no dia 26 de junho, o relatório sobre o cumprimento dos limites acordados internacionalmente para diminuir as emissões de CO₂, pelos países da UE. Segundo este relatório, a maioria das emissões de poluentes atmosféricos foram reduzidas, com exceção dos óxidos de azoto (NO_x), emitidos pelos automóveis e pela indústria de energia.

- > Mais informações [aqui](#)

Comissão luta contra as transferências ilegais de resíduos

A Comissão Europeia adotou medidas para combater as transferências ilegais de resíduos, pelos efeitos adversos que tal atividade pode ter para a saúde humana e para o ambiente. Uma das medidas adotadas foi o reforço da legislação sobre as inspeções nacionais a que estão sujeitas as transferências de resíduos, com o intuito de assegurar níveis de controlo semelhantes em todos os Estados-Membros.

- > Comunicado de imprensa [aqui](#)

Comissão abre inquérito a concessões sobre recursos hídricos à EDP para a produção de eletricidade e investiga a situação noutros Estados-Membros

A Comissão Europeia deu início a um inquérito aprofundado para verificar se o preço pago em 2007 por este operador, a EDP, pela extensão do seu direito de usar os recursos hídricos públicos para a produção de eletricidade, se encontrava em conformidade com as normas em matéria de auxílios estatais da UE. Neste inquérito, a Comissão pretende apreciar se a medida proporcionou uma vantagem económica indevida à EDP relativamente aos seus concorrentes, limitando a entrada no mercado da eletricidade em Portugal. O lançamento deste inquérito proporciona aos terceiros interessados uma oportunidade de apresentar as suas observações sobre tal medida.

A Comissão solicitou também informações preliminares a outros Estados-Membros sobre as normas e práticas que regem a concessão ou a extensão das concessões para a utilização de recursos hídricos para produção de energia hidroelétrica.

- > Mais informações [aqui](#)

Consulta pública sobre propostas de identificação de sete potenciais substâncias químicas (SVHC)

A Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) publicou, no seu *site*, 7 propostas para identificação de substâncias químicas que suscitam elevada preocupação (SVHC), possíveis candidatas a integrar a lista de substâncias sujeitas a autorização (Anexo XIV do Regulamento relativo ao registo, autorização e restrição de produtos químicos – REACH).

A consulta pública termina a 17 de outubro de 2013.

- > Mais informação [aqui](#)

Consulta pública sobre um plano de ação ambiental para as PME

A consulta pública visa recolher as opiniões dos interessados, sobre as medidas mais eficazes para apoiar as Pequenas e Médias Empresas (“PME’s”) de todos os setores para promover a utilização mais eficiente dos recursos e a venda, a nível internacional, de produtos e serviços ecológicos.

Os resultados desta consulta pública serão tomados em conta nas ações de promoção da eficiência energética para as PME’s, de forma a serem incluídos no respetivo Plano de Ação Ambiental (“Green Action Plan”).

A consulta pública termina a 12 de dezembro de 2013.

- > Mais informações [aqui](#)

Consulta sobre a definição de uma meta quantitativa para a redução dos detritos marinhos

Esta consulta pública visa reunir as opiniões dos interessados, nomeadamente das entidades gestoras de resíduos, produtores de plástico e recicladores, bem como dos consumidores e autoridades nacionais e sub-nacionais responsáveis pelo controlo da poluição do meio marinho, relativamente às ações e políticas a adotar, com vista a reduzir os detritos marinhos.

A consulta pública termina a 18 de dezembro de 2013.

- > Mais informações [aqui](#)

Acordo para a Transferência de Resíduos entre Portugal e Angola

Portugal e Angola celebraram um acordo para a transferência de resíduos provenientes de Angola, ao abrigo da Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação e do Regulamento n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, relativo a transferências de resíduos. Torna-se, assim, possível a importação de resíduos para que estes possam ser geridos em Portugal quando não seja possível proceder à sua gestão, de forma ambientalmente sustentável, em Angola.

- > Mais informações [aqui](#)

ECHA publica relatório sobre cumprimento do regulamento REACH

A ECHA publicou um relatório sobre o cumprimento da obrigação de registo dos produtos químicos pelas empresas, de forma a averiguar a efetiva aplicação do regulamento REACH, tendo constatado que os Estados-Membros necessitam adotar uma abordagem “proporcional, efetiva e dissuasiva” de comportamentos de incumprimento do referido regulamento.

- > Mais informações [aqui](#)

TJUE interpreta norma da Diretiva 2003/4/CE, que regula o acesso do público às informações sobre ambiente

JURISPRUDÊNCIA COMUNITÁRIA E NACIONAL

Nesta decisão estando em causa o acesso do público às informações sobre ambiente, o TJUE veio interpretar o artigo 2.º, ponto 2, segundo parágrafo, primeira frase, da Diretiva 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, que regula o acesso do público às informações sobre ambiente.

De acordo com o TJUE tal disposição deve ser interpretada “*no sentido de que a faculdade conferida por esta disposição aos Estados-Membros, de não considerarem como autoridades públicas, obrigadas a conceder acesso às informações sobre ambiente que detenham, os «órgãos ou instituições no exercício da sua competência [...] legislativa», não pode abranger Ministérios quando estes elaborem e adotem disposições normativas que sejam hierarquicamente inferiores a uma lei*”.

> Acórdão disponível [aqui](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 10 de julho de 2013

Águas públicas, servidão de aqueduto

Nos termos do presente acórdão, vem o tribunal declarar que, se o Decreto 5787-III, de 10 de maio de 1919 previa que a água pública captada em correntes não navegáveis nem fluviáveis só podia ser objeto de apropriação privada, em irrigação de prédios rústicos particulares, mediante concessão do Estado, sem possibilidade de delegação de poderes de concessão ou de subconcessão a entidades particulares, não se pode fazer o reconhecimento de uma servidão legal de aqueduto sem o respetivo título administrativo, então exigido.

Considera o tribunal que não consubstancia qualquer concessão, a intervenção de juntas de agricultores ou juntas de regantes, mesmo que efetivamente auxiliaram o Estado na fixação do universo de concessionários em perímetros de rega e na regulação do uso da água, por fluxos horários proporcionais às áreas irrigadas e por outras regras de distribuição, e continuaram a ser, por vezes durante dezenas de anos, as interlocutoras privilegiadas do Estado nos assuntos que respeitam ao conjunto dos concessionários.

> Acórdão disponível [aqui](#)

LISBOA

Av. Duarte Pacheco, 26
1070-110 Lisboa Portugal
lisboa@vda.pt

PORTO

Av. da Boavista, 3433 - 8º
4100-138 Porto Portugal
porto@vda.pt